

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

**O Globo**

[Título: Leilão de 6 distribuidoras da Eletrobrás deve ser adiado](#) ..... 3

**Folha de S. Paulo**

[Título: União e Petrobras divergem na discussão sobre cessão onerosa](#) ..... 8

**O Estado de S. Paulo**

[Título: » Foco](#) ..... 13

[Título: Venda de subsidiárias da Eletrobrás deve ser adiada para junho](#) ..... 13

**Valor Econômico**

[Título: Venda de distribuidoras pode ser adiada outra vez](#) ..... 24

**Sumário**

**VEÍCULO: O Globo** ..... **3**

Título: Leilão de 6 distribuidoras da Eletrobrás deve ser adiado ..... 3

Título: Para vencer a maldição do petróleo ..... 4

Título: Debate ..... 5

Título: Enel eleva lance na corrida por Eletropaulo ..... 6

Título: Cota do aço levará em conta venda de 3 anos ..... 7

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo** ..... **8**

Título: União e Petrobras divergem na discussão sobre cessão onerosa ..... 8

Título: Preços do botijão e do etanol não cedem ..... 9

Título: Esquenta briga por controle da Eletropaulo ..... 11

Título: Aneel aprova reajustes de 5% a 22,5% em tarifas de distribuidoras de energia ..... 12

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo** ..... **13**

|                                                                                         |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: » Foco.....                                                                     | 13        |
| Título: Venda de subsidiárias da Eletrobrás deve ser adiada para junho .....            | 13        |
| Título: Não há lei que baste .....                                                      | 15        |
| Título: Apagão em Belo Monte paralisa hidrelétrica no MA.....                           | 16        |
| Título: Disputa pelo controle da Eletropaulo faz ação da companhia ter alta de 24%..... | 18        |
| Título: Belo Monte ameaça peixes raros do Xingu .....                                   | 19        |
| Título: Índios relatam redução da oferta de pacu.....                                   | 21        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                               | <b>22</b> |
| Título: Desafios para privatizar a Eletrobras este ano .....                            | 22        |
| Título: O esgoto que gera combustível .....                                             | 24        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                                   | <b>24</b> |
| Título: Venda de distribuidoras pode ser adiada outra vez .....                         | 24        |
| Título: Falta de gás em térmicas provoca pressão sobre tarifas.....                     | 26        |
| Título: Tensões elevam o preço de várias commodities .....                              | 27        |
| Título: Enel e Neoenergia travam disputa pelo controle da Eletropaulo .....             | 28        |
| Título: Dinheiro de controladoras deverá financiar aquisição .....                      | 30        |
| Título: Copel busca saída legal para renovar concessão de usina .....                   | 31        |
| Título: MP pode ampliar oferta de matéria-prima.....                                    | 33        |
| Título: Usiminas vai definir novo plano estratégico.....                                | 34        |
| Título: Curtas .....                                                                    | 36        |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Bárbara Nascimento e Manoel Ventura****Título: Leilão de 6 distribuidoras da Eletrobrás deve ser adiado**

## TCU pede mais tempo para analisar informações sobre o caso

BRASÍLIA - O leilão das seis distribuidoras da Eletrobrás, previsto para 21 de maio, deve ser postergado. O relator do projeto no Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio, afirmou ontem que a área técnica da instituição precisará de mais tempo para análise e que o processo não deve ser devolvido ao plenário para deliberação dos ministros antes de um mês. O TCU aguarda informações pedidas ao governo pela procuradora do Ministério Público junto ao órgão, Cristina Machado. A equipe econômica espera o parecer do TCU para publicar o edital do leilão.

O leilão das distribuidoras é considerado um passo importante para a privatização da Eletrobrás. Segundo o ministro do TCU, após as informações serem enviadas, o processo terá que passar pela análise da área técnica e pela procuradora antes de ir a plenário: — Isso (o processo) está sendo devolvido para a unidade técnica, que deve demorar de duas a três semanas para fazer a análise. Depois vamos remeter para a procuradora para saber se as questões que ela levantou foram respondidas e volta para análise aqui. Acho que dentro de um mês, um mês e pouco, volta para análise do plenário.

## SEM FÔLEGO PARA INVESTIR

Ontem, Múcio recebeu os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, do Planejamento, Esteves Colnago, e de **Minas e Energia, Moreira Franco**. Eles queriam um cronograma para a devolução do processo ao plenário. Moreira esclareceu que as informações solicitadas ao governo serão enviadas ao TCU "em dois ou três dias". Entre os dados solicitados estão, por exemplo, análise separada de cada empresa e, ainda, algumas diligências por parte do Executivo e do TCU. — Há pontos técnicos que serão esclarecidos. A relação do governo com o TCU é de cooperação mútua — disse Moreira, que afirmou que o decreto que viabiliza a privatização deve ser publicado hoje ou amanhã.

O ministro de Minas e Energia reiterou a importância da privatização da Eletrobrás para o equilíbrio do setor energético do país. Ontem, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., afirmou a deputados, em audiência pública, que o aumento de capital proposto pelo governo no processo de privatização é a melhor saída para a empresa investir e manter sua participação no setor

elétrico. Apenas para manter a participação de 31% no segmento de geração e de 50% na transmissão, a Eletrobrás teria de investir R\$ 14 bilhões por ano. No plano de investimentos da empresa, no entanto, só há espaço para R\$ 4 bilhões. — Tivemos que reduzir o valor dos investimentos como parte da reestruturação — afirmou. — Não temos capacidade de investimento, a não ser que façamos a capitalização.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Opinião

**Autor:** Pedro Gonçalves Diniz Filho

**Título:** Para vencer a maldição do petróleo

Mais uma semana começa com boas notícias sobre as receitas de petróleo que cabem ao Estado do Rio. Em 2018, são quase R\$ 9 bilhões para enfrentar a crise atual. Melhor ainda é a estimativa para a década de 2030! Se tudo correr bem, a previsão é de uma receita anual de R\$ 20 bilhões! Em tempos de crise, melhor agir com cautela e lembrar que, no mundo real, a atividade de extração deste recurso acabou levando ao surgimento da famosa expressão: a maldição do petróleo. O diplomata venezuelano Juan Pablo Alfonso, um dos fundadores da Opep (países produtores), chegou a dizer que petróleo não é indício da mão de Deus, mas sim do intestino do demo. Para confirmar a má sorte que vem junto com o petróleo, podemos citar os exemplos de países do Oriente Médio (com enormes desigualdades de renda) e da África, o México e o mais recente caso de fracasso, nossa vizinha Venezuela.

E há até países desenvolvidos neste "clube". Nos anos 60, a subida dos preços do gás causou um desequilíbrio na economia holandesa, com a migração de recursos para empreendimentos relacionados com a extração do gás. A valorização da moeda derrubou as exportações dos demais produtos durante toda a década seguinte. A grande quantidade de maus exemplos não significa que inexistam formas melhores de enfrentamento da questão. O melhor exemplo é o da Noruega. Este país ocupa os primeiros lugares das listas de exportadores de petróleo e possui elevados índices de desenvolvimento humano. O fundo soberano criado com as receitas de exploração, em fins de 2017, superou a barreira de US\$ 1 trilhão em ativos.

O resultado decorre da entrada de recursos e da inversão em projetos estruturantes e com alta rentabilidade. Lá, cada cidadão, ao nascer, já tem em seu nome a quantia de um milhão de dólares... No Brasil, podemos tomar como exemplo o Espírito Santo. As receitas acumuladas nesse estado nos últimos anos foram de R\$ 14 bilhões, mas a economia e as finanças públicas não ficaram tão desarrumadas como as do Rio de Janeiro.

Em valores acumulados, no período compreendido entre 1999 e 2017, segundo a ANP, atualizados pelo IGP, mais de R\$ 140 bilhões de participações em petróleo e gás foram distribuídas para o Estado do Rio. Estranho e complicado falar em números tão grandes, não? Para simplificar a conversa, daria para cobrir os gastos de mais três olimpíadas, ou então pagar todas as despesas do governo do estado em 2018, e ainda sobrariam R\$ 50 bilhões.

O pós-sal está perdendo a primazia, mas não serviu para desenvolver o interior do estado, não permitiu chegar ao equilíbrio no Rio Previdência e nem diminuiu a dívida pública. Nas proféticas palavras de Alfonso, tivemos "desperdício, gastos exagerados, serviços públicos desmoronando e dívidas, dívidas por muitos anos". E agora, com o pré-sal? Que faremos? Errar é humano. Não assumir o erro e persistir nele é uma escolha, mas sabemos que as consequências não serão diferentes. Até agora, nada indica que a rota está sendo alterada. O aumento de receita com os royalties e participações está sendo saudado como saída para pagar dívidas passadas e cobrir gastos correntes.

Este ano é de eleições. Sem drásticas mudanças na administração e gestão da máquina estadual, enveredaremos pelo caminho de mais três décadas perdidas. A pauta de soluções precisa partir de algumas premissas. Sem repensar o tamanho do governo, sem modernizar a arrecadação de tributos de forma a permitir a redução das alíquotas dos impostos estaduais e sem enfrentar as disparidades sociais e regionais, continuaremos próximos dos países vitimados pela maldição e cada vez mais distantes da Noruega. Entre a maldição e a bênção, temos que optar pela segunda.

Pedro Gonçalves Diniz Filho é presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado do Rio de Janeiro

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Debate

## Opinião

A RECLAMAÇÃO judicial do MP contra operações do Rio de Janeiro de empréstimos garantidos por royalties futuros do petróleo é uma oportunidade para se discutirem garantias de que uma receita pública futura não será dilapidada hoje.

ESSAS OPERAÇÕES de securitização são conhecidas no mercado financeiro e cumprem seu papel. A questão é a sua efetividade no setor público, onde o conceito da responsabilidade fiscal ainda parece desimportante para os políticos

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Roberta Scrivano**

**Título: Enel eleva lance na corrida por Eletropaulo**

Italiana acirra disputa com Neoenergia pela empresa paulista

SÃO PAULO E RIO - Em mais um desdobramento da intensa disputa pela aquisição da maior distribuidora de energia do Brasil, a Eletropaulo, a italiana Enel fez ontem nova proposta pela elétrica. A empresa ofereceu R\$ 28 por ação, numa operação que pode movimentar até R\$ 4,7 bilhões. A oferta foi uma resposta à ofensiva da Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, que havia proposto também ontem pagar R\$ 25,51 por papel. Com o leilão protagonizado pelas pretendentes, as ações da Eletropaulo dispararam ontem 24,36%, para R\$ 27,36, na maior alta desde 2016. A empresa informou em comunicado que "está avaliando os termos e impactos" da oferta pública da Enel e afirmou que em até 15 dias dará um "parecer prévio fundamentado" sobre a oferta pública de aquisição de ações (OPA). Segundo a Enel, "a transação está alinhada" com seu plano estratégico atual e, se concluída com sucesso, fortaleceria sua presença no Brasil.

A Neoenergia não se manifestou. No entanto, na semana passada, o presidente da matriz espanhola Iberdrola, Ignacio Galán, afirmou a jornalistas brasileiros, em Bilbao, que há interesse em fazer novas aquisições no Brasil. A Eletropaulo, que tem a maior área de concessão de distribuição da América Latina, consolidaria a Neoenergia como maior distribuidora do Brasil em número de clientes e volume de energia distribuída. A concorrência pela compra da distribuidora de energia responsável pelo abastecimento na região metropolitana de São Paulo começou no fim de março, quando a própria Enel manifestou interesse de participar de uma oferta pública em preparação pela Eletropaulo. Os valores da oferta não foram divulgados na época. Pouco depois, em 5 de abril, o grupo brasileiro Energisa divulgou uma oferta pública de aquisição do controle da companhia por R\$ 19,38 por ação.

### CONCENTRAÇÃO É ATRATIVO

A área de concessão e a concentração de clientes da Eletropaulo são os principais atrativos apontados por analistas para justificar tanto interesse. Na região metropolitana de São Paulo, a Eletropaulo contabiliza mais de 1.500

unidades consumidoras por quilômetro quadrado, a maior densidade de pontos entre todas as distribuidoras brasileiras. — O que está em disputa é o maior mercado de distribuição de energia da América Latina. Nem na Cidade do México há uma operação tão relevante em termos de tamanho — avalia Nivalde de Castro, coordenador do grupo de estudos do setor elétrico da UFRJ. — Para Enel e Neoenergia, que têm capital estrangeiro, o investimento para compra da Eletropaulo é pequeno. Para a Energisa não é assim. BNDES e União, que detêm 18,73% e 7,97% respectivamente da Eletropaulo, seriam diretamente beneficiados com a venda da empresa. Considerando a proposta da Enel, a BNDESPar poderia embolsar cerca de R\$ 880 milhões. A União poderia receber R\$ 373 milhões. (Colaborou Daiane Costa)

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Eliane Oliveira

**Título:** Cota do aço levará em conta venda de 3 anos

### **Limite para exportação seria de US\$ 2,3 bi, segundo fontes**

BRASÍLIA - O Brasil terá que se submeter a uma cota de exportação de aço para os Estados Unidos se quiser ser excluído, definitivamente, da sobretaxa de 25% aplicada sobre as importações americanas do produto, avaliam fontes que acompanham as discussões. Uma proposta que está sobre a mesa é estabelecer um limite com base na média de vendas para aquele mercado nos últimos três anos, o que equivale a US\$ 2,3 bilhões por ano. Essa mesma possibilidade é cogitada para o alumínio, sobretaxado em 10% pelo governo do presidente Donald Trump. As exportações desse produto para o mercado americano somaram US\$ 82,4 milhões, em média, nos últimos três anos.

Os números não são definitivos e ainda há muitas perguntas. Por exemplo, não se sabe se o que exceder as cotas será tributado com as sobretaxas de Trump, ou se será simplesmente proibido vender o excesso para os EUA. Desde o início deste mês, Brasil e outros exportadores, como Argentina, Austrália e União Europeia, iniciaram um processo de negociação com os EUA para se livrarem das sobretaxas. A ideia é que as conversas sejam concluídas até o fim deste mês. Coube à Coreia do Sul fechar o primeiro acordo bilateral. Os sul-coreanos concordaram em reduzir em quase 30% suas exportações para o mercado americano.

### **EXCEDENTE MUNDIAL PREOCUPA**

Segundo Thomaz Zanotto, diretor do departamento de relações internacionais e comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp),

no caso do aço, principal fonte de preocupação, a cota a ser estabelecida para o setor siderúrgico não deve ser tão dura. Ele destacou que as exportações de aços semiacabados — que são 80% do total vendido aos EUA pelo Brasil — tiveram um bom desempenho nos três últimos anos, especialmente em 2017, quando atingiram US\$ 2,6 bilhões. — O que preocupa a indústria siderúrgica nacional não é nem a cota, uma vez que a economia está melhorando e a demanda interna deve crescer, mas o aço de outras procedências.

O que não entrar nos EUA com a sobretaxa poderá vir para o Brasil — disse Zanotto. Para o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton do Rêgo, a grande questão é saber qual será a base para a formação da cota. A seu ver, o ideal seria que fosse levado em conta um período recente, de preferência o ano passado, quando foram exportados US\$ 120 milhões do produto para os EUA. Em 2015, as vendas somaram US\$ 50 milhões, menos da metade, e em 2016, US\$ 70 milhões. — Se for um período mais antigo, limita planos de expansão de exportação para o mercado americano. Uma coisa é estabelecer uma cota com base nos últimos três anos, outra nos últimos cinco anos — disse Rêgo.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** REUTERS

**Título:** União e Petrobras divergem na discussão sobre cessão onerosa

Apontada como uma das grandes prioridades do governo federal, a discussão sobre a cessão onerosa segue indefinida, com a União e a Petrobras disputando o recebimento de bilhões de reais na revisão de contrato assinado em 2010. O contrato da cessão de direitos garantiu à Petrobras até 5 bilhões de barris de óleo equivalente em uma determinada área do pré-sal. Pelo acordado à época da capitalização da empresa, a estatal pagou à União cerca de R\$ 75 bilhões.

Uma renegociação do valor, considerando variáveis como preço do barril e câmbio, estava prevista desde o início, depois que as áreas fossem declaradas comerciais, o que já aconteceu.

Na tarde desta terça-feira (17), integrantes da equipe econômica — incluindo os novos ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, e do Planejamento, Esteves Colnago— participaram de encontro com o novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, e o presidente da Petrobras, Pedro Parente, para mais uma rodada de conversas sobre o tema.

Na saída do encontro, Guardia afirmou que apenasalaria sobre o assunto quando as negociações estivessem encerradas, citando inclusive a existência de termo de confidencialidade.

Esta foi a primeira participação de Guardia na reunião como ministro da Fazenda. Quando ainda atuava como secretário-executivo da pasta, ele liderava os encontros do grupo e era visto como responsável por imprimir equilíbrio a um assunto espinhoso e sensível para ambas as partes.

## **REAJUSTE NA CONTA DE LUZ NO SUL E NE**

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou reajustes na conta de luz no Sul e no Nordeste. Os percentuais variam entre 5% e 22,5% para os consumidores. A gaúcha RG E Sul controlada pela CPFL Energia, da chinesa State Grid terá a maior alta, uma média de 22,5%.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona Do Rio

**Título:** Preços do botijão e do etanol não cedem

Valor dos dois produtos estão em queda há semanas nas usinas e refinarias, mas retração não chega ao consumidor

Virada da safra afeta setor de biocombustível e venda do gás de cozinha é concentrada em poucas empresas

Os preços do etanol e do gás de cozinha têm registrado queda nas usinas e refinarias, mas o consumidor ainda não foi beneficiado, segundo levantamento semanal feito pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

A queda do etanol completa quatro semanas seguidas e soma 20%, de acordo com o Cepea (Centro de Pesquisa Econômica Aplicada) ligado à USP (Universidade de São Paulo). Na semana passada, saiu das usinas paulistas, em média, a R\$ 1,521 por litro, contra R\$ 1,902 da semana encerrada em 16 de março.

Nas bombas, porém, o preço do etanol hidratado ficou praticamente estável, caindo apenas 0,4% — de R\$ 3,032 para R\$ 3,019 por litro.

Em São Paulo, a variação foi um pouco maior (queda de 1,4%), mas longe do percentual verificado nas usinas.

A queda no preço do reflete o início da colheita de cana-de-açúcar da safra 2017-2018. O anidro, que é misturado à gasolina, também ficou mais barato, mas em menor ritmo: a queda em quatro semanas é de 12,3%.

Os dados da ANP mostram que tanto distribuidoras quanto postos seguram o repasse. O preço praticado pelo segmento de distribuição caiu apenas 3,2% no período. As margens de lucro dos postos subiu 23,5%. “A cadeia de comercialização não está transmitindo a queda”, diz o presidente da Datagro, Plínio Nastari, especialista no setor.

Para o diretor da comercializadora Bioagência, Tardio Rodrigues, os preços na bomba devem cair nos próximos dias. Segundo ele, parte do varejo tem estoques adquiridos a valores mais altos e segura os preços para evitar eventuais prejuízos.

“Esse é um momento cruel para as distribuidoras”, disse, referindo-se ao fato de que os preços do etanol despencam no início da colheita

## BOTIJÃO

No caso do gás de cozinha, as distribuidoras são as principais responsáveis pela falta de repasses, indica levantamento da ANP. Com dois cortes promovidos pela Petrobras, o preço do produto nas refinarias acumula queda de 9,2% no ano. Nesse período, porém, o preço médio do botijão de 13 quilos ficou praticamente estável, com queda de apenas 0,3%. Na semana passada, o botijão no país custava R\$ 66,87.

Os dados da ANP mostram que o segmento de distribuição aumentou os preços em 1,5% no período. Já a revenda apertou margens de lucro.

Em janeiro, os reajustes no preço do botijão passaram a ser trimestrais. A decisão foi tomada pela Petrobras após da forte alta em 2017, quando a empresa passou a fazer reajustes mensais - entre o fim de maio e a última semana de dezembro, o preço ao consumidor subiu 18,2%.

Quatro empresas —Ultragaz, Liquigás, SHV e Nacional Gás Butano— concentram 85% das vendas de GLP (o gás de cozinha) no país. A concentração levou o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) a barrar, em fevereiro, negócio de R\$ 2,8 bilhões envolvendo Petrobras e grupo Ultra, que controlam as duas maiores empresas do setor.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Mercado****Autor:****Título: Esquenta briga por controle da Eletropaulo**

Enel faz oferta de R\$ 4,7 bilhões pela distribuidora, que suspende acordo assinado na véspera com a Neoenergia

Ações da Eletropaulo, maior empresa do setor na América Latina, sobem 24%; governo ganha com disputa

A italiana Enel atravessou acordo feito na segunda (16) entre Neoenergia e Eletropaulo e anunciou nesta terça (17) proposta de compra da distribuidora paulista por R\$ 4,7 bilhões, com promessa de aporte adicional de R\$ 1 bilhão.

A disputa entre as companhias levou a Eletropaulo, que é controlada pela americana AES e pelo BNDES, a suspender o acordo com a Neoenergia, que previa a compra de novas ações por R\$ 25,5, cada uma. A distribuidora pediu 15 dias para analisar o assunto.

A Enel ofereceu R\$ 28 por ação da Eletropaulo, com a condição de adesão de detentores com ao menos 50% mais um dos papéis. Se todas forem vendidas, o negócio movimentará R\$ 4,68 bilhões. O aporte de R\$ 1 bilhão seria feito 60 dias após o fechamento do negócio.

Maior distribuidora de energia da América Latina, com cerca de 7 milhões de clientes, a Eletropaulo vem sendo cortejada por outras com atuação no país: além de Enel e Neoenergia, que é controlada pela espanhola Iberdrola, já recebeu propostas também da Energisa.

“Em todos os países em que atuamos, somos o número um ou o número dois. No Brasil, já temos 10 milhões de clientes, mas ainda não estamos entre os primeiros”, disse Cario Zorzoli, presidente da Enel Brasil.

A italiana controla hoje a distribuição de energia no Ceará, em Goiás e em parte do estado do Rio. “Adquirir a maior distribuidora da América Latina é parte importante de nossa estratégia.”

Com o leilão pelo controle da empresa, as ações da Eletropaulo dispararam na Bolsa e fecharam o pregão em alta de 24,36%. Desde o início do ano, os papéis acumulam valorização de 67%.

A Neoenergia se comprometera a comprar até 8094 de um lote de novas ações que seria lançado pela Eletropaulo, o que representaria aporte entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,4 bilhão, dependendo do número de ações vendidas.

O acordo foi feito como resposta a uma proposta anterior da Enel, cujo valor não foi divulgado. Se quiser fazer nova proposta, a Neoenergia terá de oferecer um aumento de 5% sobre o preço proposto pela italiana.

“Estamos muito determinados”, disse Zorzoli quando questionado sobre o interesse em permanecer em um leilão pela Eletropaulo.

## GOVERNO GANHA

A disputa beneficia o governo federal, que detêm cerca de 26% do capital da Eletropaulo por meio de investimentos diretos da União e de participação do BNDES, e vê o ativo se valorizar.

Com 18,73% das ações, o BNDESPar, braço de participações do BNDES, pode receber R\$ 880 milhões, caso a proposta da Enel seja aceita. A União é dona de 7,97% da companhia e poderia embolsar R\$ 373 milhões. A AES é dona de 16,84% do capital.

A Folha não conseguiu falar com a Neoenergia, que controla quatro distribuidoras no país. Em nota, a Eletropaulo disse que está avaliando os termos das propostas e vai divulgar um parecer prévio em até 15 dias. A companhia está presente em 24 municípios do estado, incluindo a capital paulista.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** REUTERS

**Título:** Aneel aprova reajustes de 5% a 22,5% em tarifas de distribuidoras de energia

Revisões valem para distribuidoras de eletricidade que operam no Sul e no Nordeste

## SÃO PAULO

A diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou em reunião pública nesta terça-feira (17) reajustes e revisões tarifárias para distribuidoras de eletricidade que operam no Sul e no Nordeste, com impactos de 5% a 22,5% para os consumidores.

As tarifas da RGE Sul, que atende parte do Rio Grande do Sul, terão uma alta de em média 22,5%, após a empresa passar por um processo de revisão tarifária. A empresa é controlada pela CPFL Energia, da chinesa State Grid.

No Rio Grande do Norte, a distribuidora local Cosern, da Neoenergia, também passou por revisão tarifária, com impacto médio para o consumidor de 15,61%.

Para a Coelba, também da Neoenergia, que atende a Bahia, a revisão tarifária resultará em alta média de 16,95% para as contas de luz.

Em Sergipe, atendido por uma distribuidora da Energisa, a revisão tarifária resultará em impacto médio de 11,3%.

Já a Enel Distribuição Ceará, da italiana Enel, teve aprovado um reajuste tarifário anual com efeito médio para o consumidor de alta de 4,96%.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Colunas**

**Autor: Andreza Matais**

**Título: » Foco.**

### Coluna do Estadão

Apesar de toda desconfiança do setor, **o ministro Moreira Franco (Minas e Energia)** disse a interlocutores que não descansa enquanto não capitalizar a Eletrobrás. O governo prefere o termo a privatização.

COM NAIRA TRINDADE E LEONEL ROCHA. COLABOROU BRENO PIRES

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Anne Warth Lu Aiko Otta**

**Título: Venda de subsidiárias da Eletrobrás deve ser adiada para junho**

Governo queria fazer o leilão em maio, mas o TCU prevê mais tempo para dar aval; e ainda há o boicote no Congresso

Os desafios do governo para levar adiante o processo de privatização da Eletrobrás não param de crescer. A venda das seis distribuidoras da Eletrobrás, originalmente prevista para maio, deverá atrasar por causa do Tribunal de Contas da União (TCU).

Além disso, mesmo após reuniões no Planalto, a oposição dominou os trabalhos na Câmara durante audiência pública com o presidente da empresa, Wilson Ferreira Jr.

Em mais de quatro horas de discussões, apenas os deputados Darcisio Perondi (MDB-RS) e Alceu Moreira (MDB-RS) defenderam a proposta, considerada prioritária pelo governo. Cabe ao TCU dar o aval final ao edital de licitação da venda das distribuidoras. Ontem, o ministro José Múcio Monteiro reconheceu que há mais dificuldades em aprovar projetos de privatização às vésperas das eleições.

Ele prevê pelo menos mais um mês para que o órgão possa avaliar o processo: “Em ano eleitoral, as coisas funcionam com mais dificuldades”. O governo pretendia licitar no dia 21 de maio as seis distribuidoras da Eletrobrás, que atuam em Alagoas, Acre, Rondônia, Piauí, Amazonas e Boa Vista. Com a sinalização do TCU, não será mais possível manter a data.

Considerado o intervalo padrão de 45 dias entre a publicação do edital e o leilão, a venda só será concretizada em junho, numa estimativa otimista. O atraso é preocupante porque as distribuidoras são operadas em caráter precário pela Eletrobrás, numa situação que só pode ser mantida até o dia 31 de julho. Depois disso, se não tiverem sido leiloadas, elas terão de ser liquidadas. “Liquidação significa fechar as empresas.

E quem fica com a responsabilidade de prestar o serviço? Temos de encontrar uma fórmula que a sociedade não pague por isso”, disse Múcio. A venda das distribuidoras é um passo preparatório à privatização da Eletrobrás. Nos corredores do tribunal, há quem veja nas dificuldades atuais uma prévia do debate em torno da Eletrobrás.

Além do possível impacto político, conforme mostrou o Estado ontem, as indicações políticas de dirigentes de subsidiárias da companhia são um dos fatores a justificar a resistência de deputados e senadores em voltar o projeto. Os ministros de **Minas e Energia, Moreira Franco**, da Fazenda, Eduardo Guardia, e do Planejamento, Esteves Colnago, foram ontem ao gabinete de Múcio. “Não viemos falar de cronograma”, afirmou Moreira ao final.

Minutos depois, numa entrevista em separado, Múcio informou: “os ministros vieram saber qual é o timing”. No Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer reuniu os líderes da base aliada na Câmara e o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, para discutir o projeto.

COLABORARAM CARLA ARAÚJO e TANIA MONTEIRO

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Notas e Informações****Autor:****Título: Não há lei que baste**

Não deveria ser tão difícil compreender a necessidade de retirar do Estado atividades que podem muito bem ser desempenhadas pelo setor privado. No caso mais recente, o da polêmica em torno da venda do sistema Eletrobrás, por exemplo, não se trata somente de atender a objetivos imediatos, isto é, fazer caixa para enfrentar o rombo fiscal e livrar-se de um sorvedouro de recursos públicos que poderiam ser usados para as verdadeiras prioridades nacionais. A venda da Eletrobrás, bem como da maioria das estatais, deveria ser encarada, antes de qualquer uma dessas importantes considerações, como a consequência natural da adoção da racionalidade econômica na gestão e no planejamento do governo, preservando os interesses do conjunto dos cidadãos, no longo prazo, em detrimento das conveniências políticas e materiais imediatas de grupos organizados de oportunistas que historicamente se servem dos haveres dos brasileiros.

Apesar dessa meridiana obviedade, boa parte da opinião pública do País ainda resiste às privatizações graças a uma sistemática campanha de desinformação e sabotagem levada adiante por partidos e movimentos que se apoderaram de pedaços do Estado e deles não abrem mão. Essa campanha foi bem-sucedida até aqui em convencer parte da opinião pública de que o Estado deve não apenas participar de diversas áreas nas quais a iniciativa privada atua, mas, se possível, deve exercer o monopólio dos setores considerados "estratégicos" – termo flexível o suficiente para caber em qualquer definição ao gosto ideológico do freguês. Pouco importa se há dinheiro suficiente para tamanha ambição, considerando-se os múltiplos deveres atribuídos ao Estado pela Constituição.

São tão insidiosas essas organizações de parasitas que nem mesmo as boas iniciativas tomadas com vista a pelo menos reduzir-lhes a influência nas estatais parecem funcionar. É o caso, por exemplo, da Lei das Estatais, aprovada em 2016 com o objetivo justamente de limitar a influência do mundo político nessas empresas, transformadas, em vários casos, em verdadeiras extensões dos partidos que lhes indicavam os diretores. Foi graças a essa sem-cerimônia que se construiu a estrutura do assalto à Petrobrás, mas esse caso, malgrado seu alcance singular na história, está longe de ser o único.

A Lei das Estatais impôs requisitos mínimos para o preenchimento dos cargos de administradores das empresas. Pretendia-se, assim, acabar com a indicação de apaniguados de partidos governistas, que ali trabalhavam apenas para atender aos propósitos eleitoreiros de seus padrinhos, quando não participavam de

esquemas de desvios diversos. No entanto, mesmo com a nova lei em pleno vigor, os partidos continuam a ter voz na nomeação de diretores, como revelou recente reportagem do Estado a respeito da Eletrobrás.

Um levantamento do jornal mostrou que, em 13 das principais empresas do grupo, todos os dirigentes atendem aos requisitos exigidos pela Lei das Estatais, mas ainda assim estão lá como apadrinhados de parlamentares de partidos da base aliada. São justamente esses políticos que representam hoje o principal obstáculo à privatização da Eletrobrás.

Em ano eleitoral, nenhum desses partidos ou parlamentares pretende abrir mão de seus feudos dentro de uma estatal que está presente com força em todo o País, numa área crucial. Há várias formas de utilização política da Eletrobrás. Uma delas é a atuação como patrocinadora de eventos esportivos e culturais, que dão visibilidade a seus promotores. Outra é a antecipação de obras sem urgência, mas com potencial para render votos.

Essa turma se considera dona da Eletrobrás e de outras estatais, razão pela qual não aceita vendê-las. Como explicou Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, "essas empresas já estão privatizadas há muito tempo pelos políticos e sindicatos". É essa força retrógrada que flexiona seus poderosos músculos sempre que o governo se dispõe a reduzir seu butim estatal – e parece não haver lei boa o suficiente para lhe conter o apetite.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** André Borges

**Título:** Apagão em Belo Monte paralisa hidrelétrica no MA

Usina de Estreito, que pode fornecer energia para 4 milhões de pessoas, teve de desligar todas as turbinas depois de pane em março

O blecaute da linha de transmissão de Belo Monte que deixou 70 milhões de pessoas sem energia no mês passado durou apenas algumas horas, mas seus estragos no setor elétrico continuarão a ser sentidos por um bom tempo.

O 'Estado' apurou que o apagão do dia 21 de março que atingiu as Regiões Norte e Nordeste causou uma pane generalizada nas turbinas da hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, uma das maiores usinas leiloadas na última década no País, deixando fora de operação uma estrutura com capacidade de entregar energia para 4 milhões de pessoas.

Com oito turbinas e potência de 1.087 megawatts, Estreito vinha funcionando em seu pico de produção, por causa do grande volume de água no Rio Tocantins nesta época do ano. O blecaute, porém, causou danos físicos nos equipamentos da usina, que ficou semanas desligada. Nos últimos dias, engenheiros conseguiram colocar duas máquinas para funcionar novamente, mas os reparos só deverão ser efetivamente concluídos entre o fim de maio e início de junho.

Em uma nota técnica sobre o episódio, documento ao qual a reportagem teve acesso, a empresa Engie, principal acionista de Estreito, afirmou que, “durante a perturbação sistêmica, as unidades geradoras sofreram excessiva oscilação de potência” e chegaram a atingir aproximadamente duas vezes a sua capacidade de produção. Na prática, as máquinas continuaram a gerar energia durante o apagão, mas ficaram sem meio de distribuí-la por causa da queda na linha de transmissão.

A empresa reconheceu ainda que, por causa dessa situação, ocorreram “severas vibrações nas unidades geradoras e nas estruturas civis” da hidrelétrica. Sem ter como entregar energia, Estreito entrou praticamente em curto-circuito. Procurada pelo Estado, a Engie confirmou todas as informações.

Por meio de nota, a empresa informou que “a usina hidrelétrica Estreito foi desligada em função do incidente no Sistema Interligado Nacional, ocorrido no dia 21/3, que provocou uma grande oscilação do sistema”. De acordo com a empresa, “a usina foi, portanto, impactada por uma causa externa, mas não correu nem corre riscos e suas estruturas não foram afetadas”.

“Graças ao trabalho dedicado das equipes de manutenção e engenharia da usina, duas turbinas já estão de volta à operação. As outras deverão voltar a operar entre abril e maio, antecipando os prazos previstos”, informou. Causas. Questionado sobre o assunto, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pela operação diária do setor, informou que ainda está concluindo seu relatório técnico sobre o blecaute de março e, por isso, não tinha mais detalhes.

Até o momento não há clareza sobre a causa da pane em Estreito, ou seja, se a usina foi “vítima” de um problema externo ou se deveria ter funcionado de outra forma, devido à queda da linha de transmissão de energia. Para honrar seus compromissos financeiros e de entrega de geração com distribuidoras e grandes empresas, a hidrelétrica agora precisa comprar energia no mercado livre e repassá-la aos consumidores.

A Engie não informou qual será o impacto financeiro dessa medida em suas operações, nem quanto terá de investir para colocar a usina em funcionamento novamente. Leiloada em 2007, Estreito custou R\$ 5 bilhões para ficar pronta.

Foi inaugurada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012. A concessionária Estreito Energia é formada pelas empresas Engie, Vale, Alcoa e InterCement.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Renée Pereira

**Título:** Disputa pelo controle da Eletropaulo faz ação da companhia ter alta de 24%

Briga por mercado. Nos últimos dias, três rivais – Enel, Energisa e Neoenergia – têm se revezado na apresentação de propostas para comprar a maior concessionária de energia elétrica da América Latina; valor total da negociação pode chegar a R\$ 6 bilhões

Depois de quatro anos de especulações, a disputa pela Eletropaulo esquentou. Nos últimos dias, três companhias – Enel, Energisa e Neoenergia – têm se revezado na apresentação de propostas para comprar a maior concessionária de energia elétrica da América Latina, cujos principais acionistas são AES Corporation e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em menos de 24 horas, a empresa recebeu duas propostas, o que fez as ações da companhia subirem 24% ontem. O valor da negociação pode chegar a quase R\$ 6 bilhões entre compra dos papéis no mercado e aporte de capital na empresa.

A primeira a entrar na disputa pelos ativos da distribuidora paulista foi a italiana Enel, que fez uma proposta, em março, com oferta de R\$ 19 por ação da companhia. No início deste mês, a mineira Energisa ingressou na briga e fez uma oferta pública voluntária de ações (OPA), conhecida como oferta hostil, pela Eletropaulo. A proposta era de R\$ 19,38, pouco acima daquela feita pela italiana.

Dez dias depois, a Neoenergia – controlada pela espanhola Iberdrola e que no ano passado fez uma fusão com a distribuidora de São Paulo Elektro – elevou o patamar das negociações oferecendo R\$ 25,51 por ação na madrugada de ontem. A investida, no entanto, durou poucas horas. No início da manhã, a Enel já havia feito uma nova proposta de R\$ 28.

“A oferta é uma clara demonstração do grupo para crescer no Brasil”, diz o presidente da Enel no País, Carlo Zorzoli. Segundo ele, a Eletropaulo é uma peça importante para a estratégia da empresa pelo tamanho e pelo mercado atendido. A concessionária tem cerca de 18 milhões de clientes em 24 municípios de São Paulo e fatura R\$ 21 bilhões.

**Racionamento.**

A Eletropaulo foi privatizada no fim da década de 90 e passou a ser controlada pela americana AES. Em 2002, depois do racionamento de energia que reduziu o caixa da distribuidora, a empresa teve vários problemas para honrar seus compromissos, especialmente com o BNDES. Nos últimos anos, o controle da companhia deixou de ser prioridade para a AES, que decidiu focar na geração de energia renovável e micro geração no Brasil.

Desde então, vários investidores avaliaram os ativos da concessionária paulista, mas os negócios não iam adiante por causa de uma série de pendências. Uma delas era a disputa judicial – de R\$ 1,5 bilhão – com a Eletrobrás, encerrada em março deste ano. Com o acordo fechado, a italiana Enel não perdeu tempo e, em seguida, fez a primeira proposta para os acionistas da concessionária.

Em entrevista ao Estado, Zorzoli, da Enel, afirmou que em todos os países em que a empresa atua ela ocupa a primeira ou a segunda posição em distribuição. No Brasil, a companhia tem a concessão da distribuidora Ampla (RJ), Coelce (CE) e Celg (GO) – arrematada no fim de 2016 no primeiro leilão de privatização do presidente Michel Temer.

“A Eletropaulo é o que nos falta para chegarmos ao patamar desejado”, diz Zorzoli. Para João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos, a concessionária é considerada o “filé mignon” da distribuição no Brasil por ter grande número de consumidores numa mesma área.

“Além disso, tem muitos investimentos em tecnologia para serem feitos (o que deve se refletir em tarifa maior).” Procurada, Energisa afirmou que continua a acompanhar os movimentos do mercado para aquisição da Eletropaulo. Mas que sua oferta é “imutável e irrevogável”. Neoenergia e Eletropaulo não se pronunciaram.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Metrópole

**Autor:** Giovana Girardi

**Título:** Belo Monte ameaça peixes raros do Xingu

Espécies endêmicas podem desaparecer com redução de 80% da vazão, diz estudo

Quando entrar completamente em operação, a usina de Belo Monte, no Pará, pode provocar o desaparecimento de diversas espécies de peixes endêmicas – que só vivem em um trecho de corredeiras do Rio Xingu conhecido como Volta

Grande. A ameaça pode ocorrer mesmo se o empreendimento cumprir condicionantes que foram estabelecidas no processo de licenciamento ambiental.

É o que alerta estudo recém publicado por um grupo de oito pesquisadores brasileiros e estrangeiros na revista *Biological Conservation*, que analisou a diversidade de peixes da região em três segmentos de Volta Grande afetados pela obras.

Antes do início dos trabalhos, foram coletadas espécies na área que hoje está alagada para a construção da barragem; em uma área entre a barragem e a principal casa de força, que terá uma redução da vazão de água; e em um segmento posterior com fluxo alterado pela descarga da casa de força.

O trabalho, liderado por Daniel Fitzgerald, da Universidade Texas A&M, observou que os dois primeiros segmentos são extremamente ricos em espécies altamente dependentes de habitats de corredeiras, incluindo várias espécies ameaçadas de extinção, e muitas delas são restritas àqueles locais.

É o caso de um peixinho ornamental muito apreciado por aquaristas conhecido como acari zebra (*Hypancistrus zebra*), que não existe em nenhum outro lugar do mundo. Por estar criticamente ameaçado de extinção, sua pesca é proibida. Mas hoje, até por medo de ela desaparecer com o funcionamento da usina, ele vem sendo pescado e contrabandeado.

"Esperamos que nos trechos represados tenhamos perdido quase completamente a fauna das corredeiras, porque ela demanda muito oxigênio, água corrente, uma série de condições que não existem mais", afirma Jansen Zuanon, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e um dos autores do artigo.

O temor agora é o que pode ocorrer com as espécies que vivem depois da barragem. Uma certa dose de perda de espécies já era prevista no estudo de impacto ambiental (EIA) do empreendimento e para tentar minimizá-la foi definido, em acordo com o Ibama e a Agência Nacional de Águas, o chamado "hidrograma de consenso", primeira condicionante ambiental da licença de instalação.

Ele estabelece que ainda haverá uma vazão de água barragem abaixo, mas 80% menor do que se não houvesse a usina. "Ainda será um trecho de corredeiras, mas o que sobrou de área útil para ser usada pelos peixes é muito pequena", diz Zuanon.

Outro lado. Por meio de nota, a concessionária Norte Energia, responsável por Belo Monte, disse que desde 2012 monitora o recurso pesqueiro do Rio Xingu e

não houve registro de desaparecimento de espécies. Disse também que estudos não indicam risco de extinção. Sobre o hidrograma, informou que os valores de vazão foram predefinidos no EIA, a fim de mimetizar a dinâmica de enchente e vazante do rio e reduzir as interferências na biota aquática e nas condições de vida das comunidades ribeirinhas e indígenas.

O Ibama disse que quando o hidrograma começar a funcionar – previsto para o ano que vem, quando todas as 18 turbinas estiverem em atividade – será em fase de testes. Um monitoramento vai mostrar se essas condições de fato estão sendo mantidas. Se não estiverem, poderão ser revistas.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Metrópole

**Autor:**

**Título:** Índios relatam redução da oferta de pacu

Apesar de Belo Monte ainda estar em fase de testes e o hidrograma de consenso ainda não estar em pleno funcionamento, comunidades ribeirinhas e indígenas que vivem na região da Volta Grande relatam já estarem sentindo impactos da usina sobre a oferta de peixes, em especial os alimentícios, como o pacu, apreciado na região.

A espécie se alimenta de frutos de árvores que ficam na beira do rio e normalmente frutificam com a cheia. Mas hoje, explica o biólogo Leandro Sousa, da Universidade Federal do Pará, em Altamira, e outro autor do trabalho, o pulso d'água no trecho abaixo da barragem não está muito previsível, de modo que o fruto pode acabar caindo em área seca em vez de dentro d'água – e os peixes não terem o que comer. "Além disso, se o pulso vem de uma vez, o peixe entra na lagoa, mas se o pulso para depois e o local fica seco, os peixes podem morrer. Não dá tempo de fechar o ciclo de vida", afirma.

Relatos de peixes muito magros foram feitos por índios juruna da Aldeia Miratu, que fica na Volta Grande. Essa comunidade tem participado de um monitoramento independente feito desde 2013 por pesquisadores locais com auxílio do Instituto Socioambiental (ISA) e da UFPA. O trabalho observou que, até 2015, peixes eram a principal fonte de proteína animal – mais de 50%. Desde 2016, quando, além da obra houve uma seca intensa promovida pelo El Niño do ano anterior, os indígenas passaram a consumir mais alimentos comprados na cidade, como frango de granja e enlatados. No ano passado, só 30% da proteína veio de peixe.

Segundo a bióloga Cristiane Costa, que lidera o trabalho, o cenário com o hidrograma de consenso pode ser ainda pior que o observado em 2016 em

decorrência do El Niño. "Aquele ano já mudou o comportamento dos indígenas e foi um alerta de um cenário que pode se estabelecer a partir de agora." / G.G.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Simone Kafruni e Rodolfo Costa

**Título:** Desafios para privatizar a Eletrobras este ano

O governo acelerou as discussões para encaminhar a privatização da Eletrobrás, convertida em prioridade absoluta depois que a reforma da Previdência fez água. Apesar do empenho do Executivo, que já contabilizou os R\$ 12 bilhões estimados com a venda para fechar as contas públicas, a janela para resolução das pendências está se fechando. Tanto parlamentares da base aliada quanto especialistas do setor duvidam que o governo consiga leiloar a estatal ainda este ano. Nem mesmo o cronograma de privatização das seis distribuidoras da Eletrobrás no Norte e Nordeste — que, em tese, estaria mais avançado — será cumprido.

Ontem, o presidente Michel Temer e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, receberam uma comitiva de 17 líderes da base aliada no Palácio do Planalto para cobrar empenho pela aprovação da medida. O Executivo deve bater o martelo, nos próximos dias, sobre um dispositivo legal que permita dar continuidade aos estudos, análises e auditorias enquanto o debate não avança no Congresso Nacional.

Auxiliares de Temer recomendam a publicação de um decreto, ferramenta com efetividade imediata. “Estamos conversando com o Congresso para que a matéria saia vacinada contra intrigas”, afirmou Marun. O objetivo é que o dispositivo seja suficientemente claro a fim de evitar questionamentos e deixar os parlamentares confortáveis para votar pela privatização. “O governo entende que é absolutamente necessária a capitalização da Eletrobrás”, destacou Marun.

Para deixar evidente essa necessidade, o presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem, em audiência pública na comissão especial que discute a privatização na Câmara dos Deputados, que os custos da companhia nos setores de transmissão e distribuição são maiores do que os estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Isso explica o prejuízo da empresa e já justificaria privatizar”, disse.

Segundo Ferreira Júnior, na área de transmissão, as tarifas propostas pela Aneel são 50% menores do que o custo da Eletrobrás. “A conta não fecha há muito tempo. A companhia tem números piores do que os da concorrência”, explicou.

O presidente da Eletrobrás também disse que a empresa não tem rentabilidade na maior parte das 178 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) das quais faz parte, por isso pretende leiloar a participação em 70 delas este ano.

A despeito das justificativas do presidente da Eletrobrás, o vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, Beto Mansur (PMDB-SP), admitiu que será muito difícil votar a matéria no Congresso Nacional antes das eleições. “Eu sou um cara privatista por natureza. Eu voto sem problema nenhum. Mas a Eletrobrás está operando em vários estados. Neste momento, é difícil aprovar (o projeto de desestatização)”, afirmou.

Mario Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) e da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), ressaltou que a privatização é viável, mas muito difícil de ocorrer em 2018. “Há muitos passos anteriores. A base do governo não quer tocar no assunto porque, em ano eleitoral, o discurso da oposição é mais sensível. Alegar aumento de tarifa é mais convincente do que pegar R\$ 12 bilhões para fechar as contas”, comparou.

### **Falta de empenho**

Conforme Menel, o próprio relator do projeto de lei, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), reclamou da falta de empenho da base aliada. “Na audiência, tinha mais gente da oposição”, alertou. O especialista destacou que será necessário avaliar a posição do Tribunal de Contas da União (TCU), decidir como equacionar a dívida da Eletronuclear, que não pode ser separada da holding com balanço negativo. “Ainda existe a pendência da parte da geração da Amazônia, que tem uma dívida com a Petrobras muito grande”, enumerou.

Tudo isso, disse Menel, precisa ser resolvido em um ano muito curto do ponto de vista legislativo. “Teremos as festas de São João, decisivas para reeleição de parlamentares do Norte e Nordeste, depois a Copa do Mundo e o processo eleitoral”, elencou. Para o setor elétrico, Menel explicou que uma Eletrobrás saudável é garantia de expansão do sistema e de maior competição em torno das concessões e autorizações, o que resulta em preços mais baixos para o consumidor final.

Para o especialista em energia Rodrigo Leite, sócio do Leite Roston Advogados, a maior dificuldade do governo reside em “privatizar o grande cabide político que é a Eletrobrás”. “Mas é um impasse muito grande, porque não é possível deixar o ativo definhar. A companhia tem necessidade de capital para fazer juz às dívidas e aos investimentos. No entanto, a janela está se fechando e é preciso, primeiro, vender as distribuidoras, porque, com elas, a Eletrobrás vai valer muito menos”, explicou.

## Cronograma furado

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Mucio Monteiro, relator do processo de privatização das seis distribuidoras da Eletrobrás, admitiu ontem que o leilão das empresas não vai ocorrer em 21 de maio, como previsto no cronograma do governo. Após reunião com três ministros do governo Michel Temer, José Mucio disse que tirou o processo da pauta porque a procuradora do Ministério Público no TCU, Cristina Machado, levantou vários questionamentos. “Só voltará a plenário dentro de um mês, depois de análise das respostas”, afirmou. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estima que, após a publicação do edital, são necessários, em média, 30 dias para a realização do leilão, o que empurra o certame para meados de junho.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Negócios

**Autor:** Amauri Segalla

**Título:** O esgoto que gera combustível

## Mercado S/A

Muito em breve, os gases exalados pelo esgoto serão fonte de energia e poderão movimentar parte da frota brasileira. É o que aposta a Sabesp, empresa de saneamento de São Paulo. Depois de inaugurar em Franca, no interior paulista, uma usina de produção de biogás para abastecimento de veículos, a empresa pretende levar a experiência para outras cidades. A tecnologia demandou investimentos de R\$ 7,4 milhões.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rafael Bitencourt | De Brasília

**Título:** Venda de distribuidoras pode ser adiada outra vez

A venda do controle das seis distribuidoras da Eletrobrás pode ser novamente adiada, ficando para depois de maio, se o Tribunal de Contas da União (TCU) não encurtar os prazos previstos de análise do processo. Ontem, o relator do caso no tribunal, ministro José Múcio, disse que as conclusões sobre modelo de privatização devem ser levadas à apreciação do plenário em um pouco mais de um mês.

A privatização das distribuidoras poderia ter sido liberada pelo tribunal há cerca de três semanas, quando o relator submeteu a proposta de acórdão à aprovação em plenário. Na ocasião, a procuradora-geral Cristina Machado, que representa o Ministério Público junto ao TCU, levantou uma série de questões sobre a operação.

O BNDES havia marcado o leilão para 21 de maio. Na semana passada, no entanto, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior disse que deve ficar para dia 31.

Múcio disse que a data indicada pelo banco é considerada inviável. "Já era, não tem condições. Se colocar aqui três ou quatro semanas, [a previsão] passa do dia 21", disse. De praxe, os órgãos que realizam as licitações públicas costumam aguardar o posicionamento do tribunal, com alguma recomendação ou determinação, para, só então, lançar o edital. Em geral, o leilão é realizado após 30 dias, para dar tempo de interessados analisarem regras e minutas de contratos.

A Eletrobrás estabeleceu, em assembleia de acionistas, que a venda das distribuidoras deve sair até 31 de julho. Se isso não ocorrer, as empresas devem ser liquidadas. "A liquidação nunca houve porque significa simplesmente fechar as empresas. E quem fica com a responsabilidade de prestar o serviço? Temos que encontrar uma fórmula que a sociedade não pague por isso", afirmou Múcio logo após reunião com os ministros Eduardo Guardia (Fazenda), Esteves Colnago (Planejamento) e **Moreira Franco (Minas e Energia)**.

Moreira disse, após a reunião, que o governo apresentará dentro de dois a três dias os esclarecimentos técnicos solicitados pelo tribunal. Questionado sobre a viabilidade de cumprir o os prazos estabelecidos, Moreira disse apenas que isso não foi tratado na reunião.

"Não viemos tratar aqui de cronograma. Viemos conversar com o tribunal mostrando as razões técnicas, a necessidade desse programa prosseguir", afirmou. O ministro do TCU disse que os ministros do governo foram à reunião exatamente com o propósito de saber o "timing" da liberação dos estudos.

A venda das distribuidoras é considerada etapa preliminar à privatização da holding, cujo modelo proposto vem sendo discutido na Câmara. Ontem, a aguardada audiência pública com o presidente da Eletrobrás mostrou que o esforço do governo em mobilizar aliados para fazer coro à favor da privatização ainda não deu resultado. Os discursos de deputados de oposição dominaram mais uma vez o debate da comissão especial.

Em sua apresentação, Ferreira Jr. disse que o modelo proposto deverá atrair investidores com interesse de longo prazo. "A empresa de energia tem uma rentabilidade menor, mas que é compatível com investimentos de fundos de pensão, de infraestrutura, de países emergentes".

Segundo o presidente da Eletrobrás, os competidores diretos da estatal não devem querer assumir fatias minoritárias na privatização. O modelo proposto pelo governo prevê a diluição do controle da União permitindo que os agentes privados assumam até 10% de participação individual.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Brasil**

**Autor: Daniel Rittner | De Brasília**

**Título: Falta de gás em térmicas provoca pressão sobre tarifas**

Em apenas 45 dias, os consumidores de energia elétrica em todo o país ficaram com uma conta de R\$ 128 milhões nas mãos por causa da falta de suprimento de gás natural da Petrobras para a usina Termofortaleza (CE). A estatal deixou de fornecer o insumo para a térmica, operada pela italiana Enel, entre 28 de fevereiro e 15 de abril.

Durante todo esse tempo, mesmo em plena temporada de chuvas, a usina de 332 megawatts (MW) foi acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Ela tem o terceiro custo mais baixo de operação entre 40 térmicas no Nordeste. Por isso, torna-se uma das primeiras a ligar as turbinas. Se fica indisponível, o ONS recorre a fontes mais caras para tapar o buraco. É o que se conhece no setor como geração fora da ordem de mérito - justamente por não respeitar a ordem do custo de geração. A diferença vai para o Encargo de Serviços do Sistema (ESS) e chega às tarifas de energia.

Para especialistas, o problema na Termofortaleza é um prenúncio do que pode ocorrer com mais de 5 mil MW em usinas do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), criado em 2000. Esses projetos - em Estados como Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio - tinham garantia de suprimento da Petrobras. Só que o preço do combustível está fixado em US\$ 4 por milhão de BTU nos contratos originais e ficou defasado. A Petrobras tem preferido pagar as multas do que fornecer o gás com prejuízo. Procurada, a empresa preferiu não se pronunciar.

Uma emenda deve ser incluída na MP 814 pelo deputado Julio Lopes (PP-RJ). Relator da medida, ele fará uma mudança no texto transferindo aos consumidores de energia a diferença entre o valor inicialmente fixado do gás e o "preço médio" do mercado - hoje em torno de US\$ 7. A conta iria para o ESS e, depois, seria repassada às tarifas. A emenda desperta reação contrária da

Abrace, associação dos grandes consumidores industriais, que calcula um impacto de R\$ 2,5 bilhões.

As empresas controladoras das térmicas - como Enel, Neoenergia, EDF - admitem reservadamente que pode haver aumento de tarifa com atualização no preço do gás. Mas consideram as estimativas da Abrace exageradas e sustentam que o custo de não fazer nada seria várias vezes maior. O Instituto Acende Brasil estima que "não fazer nada" levaria a um gasto de até R\$ 9 bilhões por ano - o que criaria uma pressão entre 9 e 10 pontos percentuais nas tarifas.

O presidente do instituto, Cláudio Sales, explica: a Termofortaleza, por exemplo, tem custo unitário de R\$ 140 por megawatt-hora. Se outras térmicas forem precisando ser acionadas, algumas custam até R\$ 950, como aquelas movidas a óleo diesel. Outras usinas do PPT estão ameaçadas de perder o fornecimento de gás. "Não faz sentido trocá-las por térmicas a óleo."

Levando tudo isso em conta, Sales acredita que a mudança na MP 814 é a "solução mais econômica" para os consumidores, principalmente quando se leva em conta a perspectiva de continuidade no acionamento das térmicas.

Do ponto de vista operacional, a indisponibilidade da Termofortaleza não gera dor de cabeça à segurança no suprimento, afirmou o ONS em relatório. A autarquia, porém, completou: "A indisponibilidade de geração da UTE Termofortaleza conduz à elevação dos custos de atendimento".

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Internacional**

**Autor: Amrith Ramkumar | Dow Jones Newswires**

**Título: Tensões elevam o preço de várias commodities**

As crescentes tensões globais, incluindo as sanções dos EUA contra a Rússia e o contínuo conflito na Síria, provocaram uma forte recuperação nas commodities, levando itens como alumínio e petróleo às maiores altas em anos.

O índice S&P GSCI de 24 commodities subiu 5,1% este ano, comparado com um ganho de 1,2% do S&P 500. O indicador de matérias-primas avançou em seis das últimas sete sessões.

A Rússia é produtor-chave de uma ampla gama de commodities, do petróleo ao paládio. Com os estoques já apertados, dizem analistas, o anúncio feito no dia 6 de abril de sanções contra indivíduos e entidades russas abalou os mercados de matérias-primas.

Desde então, o alumínio subiu em três meses 19%, o mais alto patamar em seis anos e meio, na Bolsa de Metais de Londres. O pagamento de compradores do Meio Oeste americano disparou para o maior nível desde fevereiro de 2015, enquanto os de outros metais, como níquel, aumentaram.

Os ataques militares liderados pelos EUA na Síria, por outro lado, alimentaram temores de um conflito mais amplo no Oriente Médio. As preocupações, juntamente com a incerteza em torno do acordo nuclear com o Irã, impulsionaram a alta do petróleo. O petróleo dos EUA atingiu na sexta-feira o nível mais alto desde dezembro de 2014 e subiu 10,1% neste ano.

A alta nos preços das commodities é uma mudança em relação a março, quando tensões comerciais entre os EUA e a China prejudicaram preços de muitas matérias-primas, em meio a temores de que os custos crescentes de fabricação poderiam desacelerar o crescimento global.

As sanções atingiram o magnata russo Oleg Deripaska, que controla a segunda maior produtora mundial de alumínio, a Rusal. Pelo fato de a China ser o principal fornecedor mundial, analistas estimam que até 13% da oferta restante pode ser interrompida.

E como a Rusal possui 28% da Norilsk Nickel, o níquel também ganhou impulso. A commodity teve um dos melhores desempenhos no ano, com alta acumulada de 13% na Bolsa de Metais de Londres.

Um sinal preocupante é o cobre. Os preços do cobre ficaram de fora da alta das commodities e caíram 6,2% neste ano. A China responde por metade da demanda mundial de cobre e é o maior consumidor de commodities.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio**

**Título: Enel e Neoenergia travam disputa pelo controle da Eletropaulo**

A disputa pelo controle da Eletropaulo se estreitou entre a italiana Enel e a espanhola Iberdrola, repetindo o cenário de competição acirrada visto no mercado de distribuição da Espanha. Quem levar o controle da distribuidora paulista vai se consolidar como maior companhia do segmento no Brasil, deixando para trás a gigante CPFL Energia, hoje controlada pela chinesa State Grid, e também a brasileira Energisa, que chegou a lançar uma oferta pela Eletropaulo.

A Enel saiu na frente na disputa quando fez uma proposta para ancorar uma emissão primária de ações da Eletropaulo, a um preço na faixa de R\$ 19 por ação. A Energisa entrou na briga depois, em 5 de abril, quando lançou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) voluntária de R\$ 19,38 por ação. A companhia controlada pela família Botelho, porém, foi ultrapassada na segunda-feira à noite pela Neoenergia. Controlada da Iberdrola, a empresa propôs ancorar a emissão primária ao preço de R\$ 25,51 por ação. A companhia se comprometeu a subscrever até R\$ 1,5 bilhão na oferta primária.

O jogo teve novo lance ontem, quando a Enel lançou uma OPA concorrente, ao preço de R\$ 28 por ação e ainda a intenção de aportar mais R\$ 1 bilhão na companhia após adquirir seu controle. No caso de ter sucesso na operação. Se a Neoenergia quiser cobrir a oferta da concorrente italiana, precisará oferecer um preço no mínimo 5% superior. Ou seja, de R\$ 29,40 por ação.

Uma vitória nessa disputa consolidaria a controlada da Iberdrola como líder no setor de distribuição no Brasil. Hoje, a companhia tem 13,4 milhões de clientes por meio das concessionárias Elektro (que atua no interior de São Paulo e Mato Grosso do Sul), Celpe (Pernambuco), Cosern (RN) e Coelba (BA). Com os 7,14 milhões de consumidores da Eletropaulo - que tem a maior área de concessão de distribuição de energia da América Latina -, a companhia iria para um total de 20,5 milhões de clientes.

A Enel segue de perto, com 9,8 milhões de clientes, um pouco acima da CPFL Energia, que tem 9,4 milhões de consumidores, e por muito tempo se orgulhou de ser a maior companhia integrada privada de energia do país. Com uma aquisição da Eletropaulo, a italiana se tornaria a maior, com 17 milhões de unidades consumidoras.

O número de unidades consumidoras é relevante, mas o indicador preferido do mercado para avaliar as distribuidoras de energia é a base líquida de ativos regulatórios (RAB, na sigla em inglês), uma vez que a remuneração das empresas, via tarifa, está atrelada a esse número.

A Neoenergia também já é líder no Brasil nesse quesito, com uma base líquida de ativos de R\$ 14,9 bilhões, ante R\$ 11,4 bilhões da segunda colocada, a CPFL. A Enel, que opera por meio das concessionárias em Goiás, interior do Rio de Janeiro e Ceará, tem uma base líquida de ativos de R\$ 10,1 bilhões. Qualquer uma que leve a Eletropaulo, que tem RAB de R\$ 7,1 bilhões, vai se isolar na liderança do setor no país.

A competição não é novidade para a italiana e a espanhola. Em âmbito global, a Iberdrola iniciou no ano passado um movimento de entrada mais agressiva no mercado de eletricidade italiano. A empresa, que já atuava na venda de energia

no atacado na Itália desde 2006, começou em 2017 as atividades de comercialização de energia e gás natural no mercado livre para consumidores residenciais e comerciais daquele país. Na Espanha, a disputa entre as duas gigantes é mais agressiva. Cada uma dos dois grupos possui em torno de 40% do mercado de distribuição espanhol. A posição da Enel na Espanha começou em 2009, quando a empresa adquiriu o controle da antiga Endesa.

Ontem, as ações da Eletropaulo subiram 24,36%, para R\$ 27,36, refletindo a expectativa da disputa acirrada de ofertas. Seu valor de mercado chegou a R\$ 4,5 bilhões, o maior desde 2012.

Quem pegou carona foi a Light, que subiu 5,62%, para R\$ 15,60. A distribuidora foi colocada à venda pela Cemig no ano passado, mas sem sucesso, até então. A expectativa no mercado é que, em meio à disputa pela liderança do segmento de distribuição no país, a companhia seja uma "segunda alternativa" para o investidor que perder a briga pela Eletropaulo. A Enel e a Equatorial já fizeram ofertas pela distribuidora, mas não foram consideradas "atrativas" pela Cemig, que ainda tenta negociar uma melhora nos termos.

A Eletrobrás também pode sair ganhando com esse cenário. A Energisa reiterou a oferta de R\$ 19,38 por ação, se colocando praticamente fora da disputa. Com isso, poderá voltar seu olhar para as distribuidoras da estatal, que devem ser privatizadas até julho.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

**Título:** Dinheiro de controladoras deverá financiar aquisição

A italiana Enel e a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, devem contar com recursos de suas respectivas holdings para fazer frente ao possível investimento no controle da Eletropaulo.

"Temos intenção de operar a maior distribuidora da América Latina, no coração econômico da América Latina, no qual nosso objetivo é crescer", disse ao **Valor** o presidente da Enel no Brasil, Carlo Zorzoli. O executivo lembrou que, apenas em 2017, o grupo investiu R\$ 9 bilhões no Brasil, montante que incluiu a compra da Celg da Eletrobrás e da hidrelétrica Volta Grande, que era da Cemig. Em 2016, os investimentos no país tinham somado R\$ 5 bilhões.

Segundo Zorzoli, a oferta da companhia, de R\$ 28 por ação, vai beneficiar os acionistas da Eletropaulo e os cidadãos de São Paulo, "que terão um grupo muito focado em distribuição de energia e capacidade de investimentos de

classe global". Ele afirmou que a holding Enel vai garantir todos recursos necessários para a melhoria da qualidade do serviço da companhia. "Não vamos precisar de um aumento de capital ou algo do tipo."

Em nota, a Enel destacou que o investimento total sob a oferta deverá totalizar até R\$ 4,7 bilhões de reais, equivalente a € 1,1 bilhão ao câmbio de ontem. Segundo a empresa, a controladora vai fornecer o financiamento necessário para a transação.

Recursos também não devem ser problema para a Neoenergia, que pode contar com aportes da sua controladora espanhola, a Iberdrola. Ainda assim, o **Valor** apurou que a Neoenergia mantém o interesse pela Eletropaulo, mas não há garantias se a empresa fará uma contraproposta. O conselho de administração da companhia se reúne no dia 20 para referendar a proposta e, caso queira continuar na briga, subir o preço.

O objetivo de adquirir a Eletropaulo faz parte da estratégia da Neoenergia de crescer no mercado brasileiro e de ganhar escala. Em entrevista concedida ao **Valor** na última semana, o presidente mundial da Iberdrola, Ignacio Galán, que também é o presidente do conselho de administração da Neoenergia, disse que o grupo tem plano de investir € 5,8 bilhões no Brasil - o equivalente a R\$ 24 bilhões. O valor inclui apenas ativos atuais da empresa e não considera possíveis aquisições e participações em novos leilões de energia e transmissão.

Para aquisições, a Iberdrola precisaria fazer um aumento de capital na Neoenergia, que tinha R\$ 1,2 bilhão em caixa no fim de 2017 e uma alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda de 4,38 vezes. O **Valor** apurou que um sindicato de bancos está cotando uma emissão de R\$ 5,5 bilhões em notas promissórias para a companhia, montante que seria destinado à aquisição.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Copel busca saída legal para renovar concessão de usina

A elétrica paranaense Copel estuda uma alternativa para a renovação da concessão da hidrelétrica Foz do Areia, maior usina da companhia e responsável por quase 35% de todo o parque gerador da empresa, cujo contrato tem vencimento previsto para 2023. A principal estratégia da companhia é buscar uma solução legal semelhante ao decreto concedido pelo governo no início deste ano e que permite a renovação da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera, da Cesp, viabilizando assim a privatização da companhia paulista.

"Evidentemente que faz parte da estratégia da Copel buscar a renovação dessa concessão. Estamos nos preparando para isso. Vários estudos em andamento. Em relação à regulação à legislação atual, restam três alternativas. Uma é a adesão à possibilidade de renovação antecipada [da concessão] da medida provisória 579. Outra é levar a concessão até o fim do período e participar de um novo leilão de concessão. E uma terceira [alternativa], estamos estudando aquele decreto que foi editado pelo governo em janeiro para a privatização da Cesp e avaliando a possibilidade de nos encaixarmos nessa oportunidade aí também", disse ontem o presidente da Copel Geração e Transmissão, Sergio Lamy, em teleconferência com analistas.

"Temos a expectativa que realmente possa haver uma legislação mais favorável que venha facilitar para nós atingirmos esse objetivo de reconquistar a concessão da usina de Foz do Areia", afirmou o executivo.

Segundo o diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel, André Rudek de Moura, o pagamento de um eventual bônus de outorga para ter a renovação da hidrelétrica pode superar a cifra de R\$ 5 bilhões. "Temos que lembrar que temos uma concessão que está vencendo em 2023, de uma usina bastante importante. Teríamos que estar preparados para este investimento adicional que talvez possa passar de R\$ 5 bilhões."

O executivo contou que parte dos recursos para este pagamento poderá ser obtida com a venda de ativos não estratégicos da Copel. Segundo ele, a empresa está em fase final de contratação de assessores financeiros e legais para auxiliar na elaboração do plano de desinvestimentos. A expectativa é que o plano seja apresentado ao conselho de administração da Copel no fim de maio.

Localizada no município de Pinhão (PR), a hidrelétrica de Foz de Areia possui capacidade instalada de 1.676 megawatts (MW). O parque gerador da Copel, de 4.838 MW, é composto por 29 usinas, sendo 16 hidrelétricas, uma termelétrica e 12 eólicas.

Na teleconferência, Rudek também contou que foi registrada a inscrição de 600 funcionários no plano de demissão voluntária da Copel, cujo prazo para adesão terminou em março. Segundo ele, os impactos previstos com a realização do plano serão divulgados no resultado do primeiro trimestre de 2018. Ele, porém, antecipou que a empresa estima uma economia da ordem de R\$ 150 milhões nos próximos anos com a iniciativa.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: MP pode ampliar oferta de matéria-prima**

A aprovação da medida provisória (MP) 811, que disciplina a comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União no pré-sal, pode representar um importante avanço para a indústria petroquímica brasileira. Uma das emendas recebidas prevê a realização de leilões exclusivamente para fins de industrialização no país, o que beneficiaria diretamente o setor e poderia ampliar, e baratear, a oferta de matérias-primas no país.

É grande a expectativa quanto à aprovação da proposta, que será votada nos próximos dias no Congresso Nacional. "O país nunca esteve tão perto de uma política para agregar valor aos recursos naturais", diz o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

O setor espera por alguma iniciativa como essa pelo menos desde 2009, quando a Lei do Gás estabeleceu que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) regulamentaria o uso do gás natural para produção de químicos. A lei, porém, nunca foi regulamentada.

Matéria-prima competitiva é um dos fatores críticos ao desenvolvimento do setor, já que pode representar entre 70% e 90% dos custos - a segunda maior conta das empresas químicas é a de energia. Ao mesmo tempo, a transformação do insumo em outros produtos adiciona em média oito vezes valor em relação ao preço do gás natural, por exemplo.

A aprovação da emenda à MP 811 é um dos temas prioritários da agenda legislativa da Rente Parlamentar da Química (FPQuímica), apresentada no fim de março. Mas a proposta esbarra nos interesses da Petrobras, segundo o setor.

De acordo com a diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Abiquim, Marina Mattar, a adoção da MP, já aprovada em comissão mista, resultará em combustível mais barato para a população e insumos mais baratos ao setor. Os benefícios, portanto, seriam generalizados.

"Há uma grande resistência da Petrobras com relação a esses pleitos, sendo que o que está em discussão é apenas a parcela do petróleo e gás natural do Pré-Sal pertencente à União e não da Petrobras", afirma Marina. Além disso, diz, não existe no país, há anos, vontade política para estabelecer uma política industrial que agregue valor aos recursos naturais.

Globalmente, há um movimento em curso de valorização da indústria química diante da previsão de que o avanço dos carros elétricos reduzirá o consumo de combustíveis. Essa expectativa fez com que as grandes petroleiras voltassem a investir no desenvolvimento da cadeia petroquímica.

Na contramão, o Brasil tem perdido espaço no tabuleiro mundial. Hoje 8ª maior do mundo, a indústria química local perdeu recentemente duas posições no ranking para Índia e França. Conforme a Abiquim, mantida a trajetória atual, a tendência é de queda de mais um degrau, cedendo posição à Irlanda. "Chegou a hora de decidirmos o rumo que queremos para o Brasil: queremos um país exportador de petróleo, uma futura Venezuela, ou um país com indústria forte, como Noruega", diz Marina.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Renato Rostás | De Ipatinga (MG)

**Título:** Usiminas vai definir novo plano estratégico

A Usiminas quer montar um plano estratégico de longo prazo para nortear seus investimentos, agora que passou sua reestruturação financeira e o lado operacional reage bem à recuperação do mercado de aço. Segundo o presidente do conselho de administração da companhia mineira, Elias Brito, as conversas já se iniciaram e devem tomar corpo depois que a nova composição do colegiado assumir, na assembleia geral ordinária (AGO) do dia 25.

Brito disse ontem, em evento de reinauguração do alto-forno 1 da empresa, em Ipatinga (MG), que as premissas do plano - que deve abranger períodos mais extensos, talvez de cinco anos - estão sendo montadas por grupos divididos igualmente entre a japonesa Nippon Steel & Sumitomo Metal e a ítalo-Argentina Ternium / Techint, as duas controladoras da Usiminas. Após um conflito societário de quase cinco anos, em conjunto as duas empresas controladoras anunciaram no começo de fevereiro deste ano um cessar-fogo, que incluiu um novo acordo de acionistas.

"Agora é o momento de pensar em investir. Quando uma companhia vai mal, pensa no desinvestimento. O nosso momento agora é o outro, de investir", comentou Brito. "Mas ainda não está no radar participar de compras de ativos, por exemplo."

Durante a cerimônia de religamento do alto-forno, o novo presidente da Ternium, Máximo Vedoya, e o diretor da Nippon Steel para Américas, Kazuhiro Egawa, confirmaram que estão trabalhando juntos para o "desenvolvimento" da

companhia. Os dois executivos garantiram que a Usiminas é prioridade para os dois grupos siderúrgicos e ressaltaram a relação de longo prazo com a empresa.

Vedoya ainda fez um apelo às autoridades brasileiras em relação à tarifa excedente imposta sobre a importação de aço nos Estados Unidos, seção 232. "A decisão dos EUA de mudar as regras do jogo no mercado internacional terá impacto global. É importante que instituições e governo tenham muito clara a gravidade da situação e tomem medidas necessárias para garantir a concorrência leal", disse.

Mais cedo, em entrevista coletiva, o presidente-executivo da siderúrgica mineira, Sérgio Leite, afirmou que a usina de Ipatinga vai trabalhar a plena carga, mesmo com o incremento de quase 20% na capacidade produtiva que o religamento do alto-forno 1 trouxe. A unidade de Cubatão (SP), que teve as áreas primárias paralisadas em 2015 - mesmo ano em que o forno de Ipatinga havia parado, por conta da crise -, assim, precisará de menos placas de terceiros.

O objetivo da Usiminas é depender menos do mercado de placas, que é produto do ferro-gusa fabricado em altos-fornos com minério de ferro e carvão metalúrgico, e uma espécie de matéria-prima para a produção de chapas de aço. O preço da placa no mercado aberto tem oscilado bastante e mesmo com contratos mais longos, como o que tem com a Ternium Brasil (ex- CSA), a Usiminas fica exposta a essa instabilidade.

Leite disse que a companhia estava comprando cerca de 130 mil toneladas por mês da matéria-prima, mas provavelmente precisará de menos com a volta do alto-forno 1. Isso significa que, se o mercado interno não absorver esses 20% a mais de capacidade, a utilização em Cubatão vai cair. Não está nos planos enviar placas de Ipatinga para a Baixada Santista.

Brito declarou ainda que os fundamentos hoje não justificam retomar os fornos de Cubatão. Até 2020, acrescentou, certamente se iniciaram as discussões nesse sentido. "Com um crescimento mais perene do crescimento e estabilidade do mercado, é o caminho natural que se pense em retomar as áreas primárias de Cubatão", disse.

Quanto a reajustes de preço, Leite fez coro à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que já informou ver espaço para um aumento de 7,5% em junho. O executivo da Usiminas lembrou que hoje os laminados a quente e a frio brasileiros são vendidos quase ao mesmo preço dos importados (em geral, chineses). Por isso, seria possível um reajuste no fim do semestre. O "prêmio" considerado sustentável pelo mercado varia de 5% a 10%.

**Repórter viajou a convite da Usiminas****VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas**EDP cresce no trimestre**

A EDP Energias do Brasil registrou alta de 2,3% na energia total distribuída no primeiro trimestre, para 6.217 gigawatts-hora (GWh). Na EDP São Paulo (antiga EDP Bandeirante), o crescimento foi de 3,6%, enquanto a EDP Espírito Santo (antiga EDP Escelsa) teve alta de 0,4%. Segundo a companhia, o crescimento resulta da recuperação da atividade econômica, além de fatores como aumento da produção industrial, redução das taxas de juros e desaceleração da inflação. No total, a energia distribuída aos clientes residenciais teve alta de 0,7% no trimestre, para 1.583 GWh. O segmento industrial teve alta de 3,1%, para 2.666 GWh. Na área de geração, a EDP registrou a venda de 3.498 GWh no trimestre, praticamente estável na comparação anual. Isso foi possível graças a entrada em operação de projetos de geração, uma vez que a geração total das hidrelétricas do grupo caiu 8% no trimestre.

**MME / ASCOM .**